

SER MÃE-SOLO EM UM CURSO DE ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO AUTOBIOGRÁFICA A PARTIR DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

Sara Lima do Nascimento¹
Renan Amabile Boscarior²

RESUMO

NASCIMENTO, Sara. **Ser Mãe-solo em um Curso de Ensino Superior: uma reflexão autobiográfica a partir do conceito de interseccionalidade**. 2025. Licenciatura em Geografia — Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2025.

Este estudo tem como objetivo expor, a partir do conceito de interseccionalidade, as adversidades com as quais mães-solo se deparam ao ingressarem em cursos de ensino superior. Além de denunciar a precariedade de condições que estas mulheres enfrentam, o estudo busca propor alternativas e ações para promover a permanência e o sucesso acadêmico destas mulheres nos cursos superiores. A metodologia utilizada neste trabalho é baseada em uma abordagem qualitativa, que consiste no uso do relato de experiência da autora e de referencial teórico que oferece fundamentos para compreender e aprofundar criticamente as questões levantadas. Os resultados evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelas mães-solo impactam significativamente sua permanência acadêmica e a conclusão do curso. Além disso, espera-se que os achados contribuam para a formulação de políticas institucionais que atendam às necessidades deste grupo.

Palavras-chave: mães-solo; interseccionalidade; ensino superior.

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Brasília - Campus Riacho Fundo. E-mail: sara.nascimento3@estudante.ifb.edu.br.

² Professor no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Brasília - Campus Riacho Fundo. Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília. E-mail: renan.boscarior@ifb.edu.br.

INTRODUÇÃO

O ensino superior representa um importante instrumento de transformação social, ampliando oportunidades de mobilidade e inserção no mundo do trabalho. No entanto, esse espaço ainda é marcado por desigualdades que dificultam o acesso e a permanência de determinados grupos sociais, como as mulheres em situação de maternidade-solo. Essas estudantes, além de enfrentarem desafios estruturais, como a precariedade econômica e a sobrecarga de tarefas, deparam-se com a ausência de políticas institucionais voltadas à sua realidade.

As universidades, em sua maioria, permanecem estruturadas sob um ideal de estudante desvinculado de responsabilidades familiares, invisibilizando a presença de mães-solo em seus quadros discentes. Essa condição impõe múltiplas camadas de opressão, resultantes da sobreposição de marcadores como gênero, classe, território e, em muitos casos, raça. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1991) e Patricia Hill Collins (2020), constitui uma ferramenta teórica essencial para compreender as vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres dentro da lógica acadêmica.

Compreender essas experiências exige também considerar o espaço universitário como um lugar concreto e simbólico, conforme a perspectiva de Milton Santos (1996a). Para muitas mães-solo, a vivência no ensino superior está atravessada por barreiras físicas, sociais e políticas que moldam sua permanência, desde o trajeto até o campus até a ausência de estrutura básica como creches, fraldários ou políticas de flexibilização. O corpo dessas mulheres, nesse contexto, torna-se território de resistências, deslocamentos e sobrecargas, sendo necessário analisá-lo também pelas lentes do corpo território (Cabnal, 2010) e da corporeidade (Le-Breton, 2011; Merleau-Ponty, 1945).

Diante disso, este estudo propõe-se a refletir, por meio de uma perspectiva autobiográfica e interseccional, os desafios enfrentados pelas mães-solo no ensino superior. A partir do entrelaçamento entre experiência vivida e referencial teórico, busca-se contribuir para o debate sobre permanência, reconhecimento e justiça social nas universidades brasileiras.

HIPÓTESE (AFIRMAÇÃO PRELIMINAR)

Defendemos que as mães-solo, que ingressam ou se tornam mães-solo, no ensino superior enfrentam dificuldades que prejudicam significativamente sua permanência e sucesso acadêmico. Essas mulheres estão expostas a múltiplas vulnerabilidades, como a falta de tempo, escassez de recursos, falta de rede de apoio, sobrecarga física e emocional, o que as coloca em desvantagem em relação a outros grupos de estudantes.

Considerando estes fatores, a hipótese central de nosso trabalho é de que as dificuldades enfrentadas pelas mães-solo no ensino superior resultam em maiores taxas de evasão, menor rendimento acadêmico e dificuldades para concluir seus cursos, perdurando os ciclos de exclusão social e econômica.

Outra hipótese que temos é a de que esta situação causa ainda mais impacto, uma vez que a dificuldade destas mulheres em conseguirem maior qualificação profissional e, portanto, maior qualidade de vida, afeta também seus dependentes, que podem ir muito além de seus filhos, já que não é incomum tais mulheres assumirem o cuidado de idosos e outros dependentes.

JUSTIFICATIVA

A importância deste trabalho reside na necessidade de dar visibilidade a uma realidade pouco discutida nas instituições de ensino superior: a presença de mães-solo e os desafios enfrentados por elas no percurso acadêmico. As pesquisas sobre o tema ainda são escassas, especialmente no Brasil. Uma busca simples no indexador Google Acadêmico revelou aproximadamente vinte estudos publicados nos últimos cinco anos, o que reforça a lacuna na produção científica sobre esse grupo social.

Desta maneira, este estudo busca contribuir para o debate ao evidenciar os obstáculos enfrentados por essas mulheres, propondo reflexões que possam orientar a formulação de políticas públicas e práticas institucionais mais inclusivas. O tema é socialmente relevante, já que muitas dessas mães estudantes abandonam seus cursos devido à ausência de apoio, perpetuando ciclos de pobreza que impactam não apenas suas vidas, mas também a de seus filhos.

Estudos sobre condições de permanência de mães universitárias mostram que a ausência de infraestrutura adequada - como creches, espaços de amamentação e horários flexíveis - contribui para a evasão e para o baixo rendimento acadêmico (Figueiredo e Oliveira, 2022; Souza e Silva, 2025). Além disso, pesquisas mostram que a escolaridade materna influencia diretamente os trajetos educacionais dos filhos, de modo que a interrupção

dos estudos das mães tende a reproduzir desigualdades entre gerações (IBGE, 2016; UNICEF, 2023). Portanto, a ausência de suporte às mães-estudantes nas universidades não se limita a um problema individual, mas constitui um obstáculo estrutural que reforça a exclusão social.

Segundo a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2023), entre 2012 e 2022, o número de mães-solo no Brasil cresceu 17,8%, passando de 9,3 milhões para 11,3 milhões, sendo que cerca de 70% dessas mulheres são negras. Segundo levantamento da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023), cerca de 72,2% das mães-solo pretas ou pardas vivem em situação de pobreza, sendo que 22,6% estão em extrema pobreza. No que se refere à educação, dados da PNAD Contínua (2023) mostram que apenas 12% das mulheres negras concluíram o ensino superior, apesar de esse índice ter dobrado em comparação a 2012. Isso está diretamente ligado à sobrecarga de responsabilidades e à falta de políticas públicas de permanência estudantil.

Além disso, quase metade das jovens negras entre 15 e 29 anos não estudam e nem trabalham, número que chega a 45,2%, segundo o IBGE (2023), o que indica um processo precoce de exclusão social que pode estar vinculado à maternidade e à ausência de apoio institucional. Esses dados indicam uma transformação nos arranjos familiares e impõem novos desafios ao Estado, à sociedade e às instituições educacionais. Com base nesses dados, embora representem uma parcela significativa da população estudantil, essas mulheres ainda não são contempladas por políticas institucionais consistentes que garantam o acesso e, sobretudo, a permanência no ensino superior.

Estudos sobre a infraestrutura em universidades brasileiras revelam que a falta de espaços adequados para mães universitárias, como fraldários, salas de amamentação e áreas de acolhimento infantil, força muitas delas a levar seus filhos para dentro dos campi, criando um ambiente de vulnerabilidade e desconforto. Essa carência de estrutura material tem impactos diretos sobre a permanência acadêmica e gera sobrecarga emocional e física, prejuízos no rendimento e, em alguns casos, pode resultar em evasão desses grupos ao ensino superior (Santos et. al., 2025).

Essas dificuldades são agravadas pela falta de políticas pedagógicas sensíveis à maternidade. A rigidez dos horários acadêmicos, o despreparo institucional para lidar com situações como doenças dos filhos ou a necessidade de faltas justificadas por questões maternas contribuem para o sentimento de exclusão. Tais condições revelam um descompasso entre os direitos previstos, como o direito à educação e à assistência estudantil, assegurado pela Lei nº14.914/2024 e a realidade vivida pelas mães-solo nas universidades. Nesse sentido,

é urgente que o Estado e as instituições de ensino superior assumam a responsabilidade de criar políticas públicas e institucionais que acolham a diversidade de trajetórias.

Dias e Soares (2019) afirmam que garantir o direito à educação para as mães universitárias não é apenas uma questão de assistência, mas de justiça social. Reconhecer e acolher essas presenças é condição fundamental para a construção de uma universidade democrática, plural e verdadeiramente pública.

A trajetória acadêmica dessas mulheres, marcada por exclusões e resistências, só pode ser plenamente compreendida por meio de uma análise crítica e interseccional. O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1991) e aprofundado por Patricia Hill Collins; Sirma Bilge (2020), Djamila Ribeiro (2018) e Lélia Gonzalez (2020), permite entender como as diferentes formas de discriminação e opressão se sobrepõem, agravando desigualdades e limitando oportunidades de permanência no ensino superior.

OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo geral compreender, a partir do conceito de interseccionalidade, as condições com as quais as mulheres que estão na condição de mães-solo se deparam ao se inserirem em cursos de ensino superior, com foco nas barreiras para a permanência acadêmica e no impacto dessas experiências em sua trajetória pessoal e profissional. Como objetivos específicos, busca-se:

- 1- Denunciar as adversidades e a precariedade de condições que estas mulheres enfrentam ao buscar se qualificar em cursos de ensino superior.
- 2- Compreender as razões para a desistência ou permanência destas mulheres nos cursos superiores e os impactos sociais que estas situações geram.
- 3- Propor alternativas e ações para favorecer a permanência destas mulheres nos cursos superiores até sua formação.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo foi escolhida uma abordagem qualitativa, fundamentada em duas estratégias principais, que combina o relato de experiência da autora e o referencial teórico. O uso do relato de experiência como método permite evidenciar os desafios enfrentados por mulheres que, como a autora, conciliam maternidade, trabalho e formação acadêmica. Trata-se de uma metodologia que reconhece o corpo, a história e o lugar

da pesquisadora como elementos implicados na construção do objeto de estudo, valorizando a perspectiva situada e o saber que emerge da vivência.

Em diálogo com essa dimensão subjetiva, o trabalho se ancora em um referencial teórico que oferece fundamentos para compreender e aprofundar criticamente as questões levantadas pela experiência. Esse referencial é composto por autoras e autores que abordam temas relacionados à desigualdade social, à maternidade, ao ensino superior, às relações de gênero, raça, território e aos mecanismos de exclusão e resistência presentes na trajetória de mães solo universitárias.

A articulação entre vivência pessoal e embasamento teórico permite, assim, uma análise que não se limita à exposição de situações individuais, mas busca compreender os processos estruturais que produzem e sustentam a exclusão de determinadas presenças no espaço universitário.

O plano de trabalho adotado iniciou-se com a delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa, com foco na experiência de mães-solo no ensino superior. Em seguida, foi realizado o levantamento bibliográfico das principais referências teóricas sobre a interseccionalidade, lugar, corpo-território, corporeidade e maternidade, especialmente a partir de autoras negras, decoloniais e americanas. Com base nesse levantamento, foi redigido o referencial teórico, estruturando os conceitos fundamentais do artigo.

Na etapa seguinte, a autora elaborou o relato de sua própria experiência como mãe-solo universitária, buscando explicar, com base em sua vivência, os atravessamentos sociais, econômicos e institucionais que interferem na permanência de mulheres como ela na universidade. A partir da junção entre relato e teoria, foi desenvolvida a análise e discussão, que articula os conceitos aos episódios concretos vividos.

Por fim, o artigo foi finalizado com a redação das considerações finais, revisão textual e formatação segundo as normas da ABNT. O cronograma de produção se estendeu por cerca de nove semanas, respeitando o tempo necessário para leitura, escrita, reflexão crítica e revisão dos materiais produzidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interseccionalidade como ferramenta de análise

A interseccionalidade, conceito formulado por Crenshaw (1991), oferece uma lente teórica fundamental para analisar as múltiplas formas de opressão vividas por mulheres que se situam em pontos de sobreposição entre diferentes sistemas de dominação, como racismo, sexismo e classismo. No caso das mães-solo no ensino superior, essa abordagem permite compreender que suas experiências não podem ser explicadas por um único eixo de desigualdade, como o gênero ou a maternidade isoladamente, mas sim pela combinação interdependente desses marcadores sociais.

Collins (2000), ao desenvolver o conceito de “matriz de dominação”, enfatiza que mulheres negras, em especial, ocupam uma posição social moldada por um entrelaçamento complexo de opressões. Elas não apenas enfrentam o sexismo por serem mulheres, ou o racismo por serem negras, mas vivenciam uma forma específica de marginalização que emerge justamente da articulação entre essas categorias. Quando essas mulheres também são mães-solo e estudantes universitárias, lidam com a pressão de corresponder às exigências acadêmicas enquanto são, ao mesmo tempo, estigmatizadas por suas responsabilidades familiares e pela sua origem social e racial.

No Brasil, Gonzalez (1983) foi pioneira em demonstrar como o racismo e o sexismo estruturam a vida das mulheres negras, especialmente das que ocupam posições socialmente desvalorizadas. Ao analisar a cultura brasileira, Gonzalez expôs como o “lugar” social destinado à mulher negra tem origem na herança colonial e patriarcal, sustentando estereótipos que desqualificam sua intelectualidade, sua maternidade e sua presença nos espaços de prestígio, como a universidade.

Dentro do contexto acadêmico, portanto, mães-solo negras enfrentam uma série de barreiras: a escassez de políticas de permanência estudantil sensíveis à maternidade, o preconceito de colegas e professores, a sobrecarga de responsabilidades, além do apagamento simbólico de suas histórias e saberes. A interseccionalidade permite evidenciar que essas mulheres não estão à margem da universidade por escolha ou falta de mérito, mas por estarem situadas no cruzamento de estruturas históricas de exclusão que se perpetuam também nos espaços educacionais.

A maternidade solo no ensino superior é atravessada por diversas formas de opressão que atuam de maneira articulada, afetando diretamente a permanência e a dignidade dessas

mulheres no ambiente acadêmico. O conceito de múltiplas formas de opressão permite compreender que não se trata apenas de desigualdade de gênero, mas de uma combinação de responsabilidades de cuidado, precariedade econômica, ausência de políticas públicas e invisibilidade institucional.

Como propõe Collins (2000), essas experiências estão inseridas em uma matriz de dominação, que organiza o sexismo, o racismo e o classismo como engrenagens interdependentes dentro de instituições como a universidade. A maternidade, especialmente quando exercida de forma solo, é desvalorizada por um sistema acadêmico que espera corpos disponíveis, produtivos e desvinculados de responsabilidades afetivas, um ideal reforçado pelo sexismo estrutural, que atribui às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado e as penaliza por não atenderem ao padrão normativo.

Embora este estudo se baseie na minha experiência, que não me identifiquei como mulher negra, é imprescindível reconhecer que a realidade de muitas mães-solo no Brasil é também marcada pelo racismo, que intensifica a exclusão e as barreiras enfrentadas por aquelas que ocupam simultaneamente lugares sociais racializados e femininos (Crenshaw, 1991; Gonzalez, 1983; Ribeiro, 2018). Nesse sentido, pensar a permanência dessas estudantes exige considerar não apenas os fatores individuais, mas os mecanismos estruturais que produzem e mantêm desigualdades no interior do ensino superior.

O conceito de lugar e a permanência das mães solo no ensino superior

O conceito de lugar, segundo Milton Santos (1996a), é fundamental para compreender os modos como as desigualdades sociais se manifestam concretamente na vida cotidiana dos sujeitos. Para o autor, o lugar é o espaço vivido, onde se dão as relações entre os indivíduos e as estruturas sociais. Não é apenas uma porção do território, mas o resultado da interação entre os elementos naturais, técnicos, políticos e simbólicos que conformam a existência de um grupo em um dado espaço.

Santos (1996b) destaca o lugar como espaço de resistência e de construção da cidadania. Essa visão permite compreender a universidade não apenas como instituição de ensino, mas também como território de disputas, onde as mães-solo afirmam sua presença e reivindicam reconhecimento. Nela, a luta dessas mulheres por reconhecimento e inclusão desafia a lógica excludente que historicamente invisibiliza sujeitos fora do perfil dominante - jovens, sem encargos familiares e com disponibilidade integral para os estudos. Assim, o

conceito de lugar evidencia a necessidade de políticas que garantam sua permanência e inclusão acadêmica.

Embora more próximo ao campus, a experiência de circular a pé com uma criança dormindo nos braços, por um trajeto considerado inseguro, evidencia que até os elementos naturais (como o clima e as condições do trajeto) interferem no modo como o lugar é vivido. O corpo que se move não está isolado da geografia, e para mães-solo, esses fatores naturais se tornam entraves diários e intensificam vulnerabilidades interseccionais (maternidade, gênero, território e exaustão física).

A dimensão técnica do lugar universitário, entendida como infraestrutura e aparato funcional, não contempla a presença de mães com filhos. A inexistência de fraldários, salas de amamentação, creches ou espaços de apoio materializa uma exclusão técnica. A estrutura é pensada para um sujeito acadêmico que não tem filhos, não cuida, não se ausenta. Isso impacta diretamente sua experiência como mãe-solo e reforça o processo interseccional de exclusão, pois desconsidera a multiplicidade de trajetórias presentes no espaço.

As decisões institucionais da universidade (ausência de espaços de cuidado, controle rígido de frequência, falta de flexibilidade curricular) refletem uma política de não reconhecimento da realidade de mães estudantes. Meu relato mostra como precisei me justificar constantemente por faltas relacionadas ao cuidado com meu filho e, ainda assim, encontrei barreiras formais e subjetivas. A política, aqui, não está a serviço da equidade, mas da manutenção de um modelo excludente, reforçando opressões de gênero e classe.

Mesmo presente na universidade, meu relato traz experiências que indicam um sutil processo de deslegitimação simbólica, como a impossibilidade de participar plenamente de projetos acadêmicos e a sobrecarga que impede uma vivência mais ampliada da formação. O espaço comunica que meu corpo-mãe não é o corpo ideal daquele lugar. O simbólico opera por meio de olhares, ausências, suposições e até silêncios institucionais, que reforçam a ideia de que a maternidade e a maternagem não cabem no ambiente acadêmico. Isso gera o sentimento de deslocamento e insegurança identitária, agravando as interseccionalidades.

A residência em áreas periféricas, com precária oferta de transporte, segurança e serviços públicos, impõe barreiras adicionais à permanência acadêmica. A insegurança urbana constitui um dos fatores que mais impactaram a minha permanência acadêmica, mesmo residindo próxima ao campus. O trajeto de retorno para casa, especialmente após o término das aulas noturnas, se torna um momento de vulnerabilidade, agravado pela ausência de iluminação e de policiamento adequado.

Já vivenciei situações de violência, como um assalto pouco antes de chegar em casa após às 22h, o que reforça a sensação de risco constante. Esses episódios não afetam apenas o meu bem-estar físico e emocional, mas também limitam minhas possibilidades de participação plena no ensino superior, evidenciando como o contexto urbano e social se entrelaça às dificuldades da maternidade-solo na vida universitária. Assim, o acesso à universidade, no que tange à viabilidade material de se deslocar, permanecer e participar dos espaços institucionais, revela a interdependência entre o lugar vivido e o lugar ocupado dentro da universidade.

Quando se observa a realidade das mães solo universitárias, percebe-se que o lugar exerce papel central na sua permanência no ensino superior. Conforme destaca Santos (2002), o lugar está relacionado a uma mudança de vida específica, que é moldada por relações de poder e por lógicas de exclusão. A universidade, em contrapartida, é comumente estruturada a partir de um ideal homogêneo de estudante, que não contempla a realidade das mulheres que estudam, trabalham e criam seus filhos sozinhas.

Raffestin (1993), ao abordar o lugar como uma construção social, destaca que o espaço é constantemente produzido e reproduzido a partir das relações entre os sujeitos e o poder. As mães solo, especialmente as mulheres negras e pobres, vivem em lugares desvalorizados no imaginário social e institucional. Ao ingressarem na universidade, elas carregam consigo não apenas suas trajetórias individuais, mas também os estigmas associados aos seus territórios, que impactam sua autoestima, seu sentimento de pertencimento e as formas como são acolhidas (ou rejeitadas) pelo espaço acadêmico.

Refletir sobre o conceito de lugar no contexto da educação superior significa reconhecer que a exclusão dessas mulheres não se limita à sala de aula ou à falta de políticas de permanência, mas envolve um processo mais amplo de desvalorização dos territórios que elas habitam e das identidades que constroem nesses espaços.

O meu relato permite observar como a desvalorização dos territórios periféricos e das identidades construídas pelas mães-solo no espaço acadêmico está na base de sua exclusão simbólica e institucional. Ao enfrentar a insegurança nos deslocamentos, em grande parte feitos a pé, revelo como a maternidade solo é vivida de forma exposta e invisibilizada nos espaços urbanos e acadêmicos.

O meu curso é no período noturno e, mesmo residindo próxima ao campus, o deslocamento de cerca de dez minutos a pé não oferecia segurança, especialmente ao carregar uma criança cansada e vulnerável. Esse trecho do meu relato evidencia que, mais do que distância geográfica, o problema está na forma como o território é estruturado: sem

iluminação adequada, sem segurança, sem apoio público e, sobretudo, sem reconhecimento institucional das demandas das mulheres-mães.

Nesse sentido, o corpo da mãe-solo se torna também um corpo-território exposto, atravessando espaços que não a acolhem nem a protegem. Como aponta Santos (1996a), o lugar deve ser compreendido não apenas como um ponto no espaço, mas como o conjunto das relações que se dão ali e, nesse caso, as relações são de negligência e desproteção.

Assim, a desvalorização dos territórios habitados por essas mulheres não está apenas em sua localização geográfica, mas na falta de estrutura e cuidado que permita sua circulação com dignidade, mesmo nos arredores da universidade. Incluir mães solo no ensino superior exige, portanto, uma reconfiguração do próprio lugar universitário, tornando-o plural, acessível e sensível às múltiplas geografias da existência.

Corpo-território: o corpo como espaço de existência e resistência

O conceito de corpo-território tem origem nas epistemologias feministas decoloniais latino-americanas e nas cosmovisões indígenas, especialmente das mulheres do Abya Yala, e vem sendo aprofundado por Cabnal (2010). A noção rompe com a dicotomia entre corpo e espaço e entende o corpo como o primeiro território que habitamos, um território marcado por relações de poder, violências, resistências e memórias.

Segundo Cabnal (2010), o corpo é o território político por excelência: é nele que as opressões estruturais se materializam e é por meio dele que se produz resistência. Para mulheres racializadas, pobres e mães solo, esse corpo-território é constantemente violado por imposições sociais e institucionais que o controlam, o silenciam ou o exploram. A maternidade, nesse sentido, não é apenas uma vivência íntima, mas uma experiência geopolítica e social, atravessada por disputas de tempo, espaço e reconhecimento.

No caso da mulher pobre e mãe-solo, esse corpo-território é alvo constante de negação institucional e social. Ao precisar me ausentar das aulas para cuidar da saúde do meu filho e enfrentar a resistência da universidade mesmo apresentando atestados, o tempo do cuidado (tempo do corpo), é subordinado ao tempo institucional, revelando o apagamento da maternidade na lógica acadêmica. Além disso, os deslocamentos inseguros com meu filho do campus para casa, a ausência de estrutura para acolher a criança no campus e a sobrecarga de funções vivida sem apoio formal, mostram que o corpo da mãe é obrigado a ocupar um espaço que não foi pensado para sua presença.

O território universitário, portanto, não acolhe, mas impõe barreiras. A maternidade da mulher racializada e periférica, nesse contexto, é simultaneamente corpo e território ferido, um espaço que resiste à invisibilidade e denuncia as estruturas que o negam.

A perspectiva de corpo-território também dialoga com os estudos de Rivera Cusicanqui (2024) e Segato (2007), que denunciam como os corpos das mulheres, principalmente das mulheres racializadas, são transformados em campos de colonização contínua. No contexto urbano e acadêmico, o corpo das mães-solo se transforma em território de disputa: por um lado, ele é convocado à produtividade acadêmica; por outro, ele é responsabilizado integralmente pelo cuidado, pela maternidade e pela reprodução da vida.

Corporeidade: o corpo vivido como território de saberes e afetos

O conceito de corporeidade surge da crítica à visão dualista entre corpo e mente, típica do pensamento ocidental moderno. Em contraposição, a fenomenologia, especialmente a partir de Merleau-Ponty (1945), propõe compreender o corpo como o sujeito que experiencia e conhece o mundo. O corpo não é apenas matéria ou instrumento, mas a base da percepção e da existência. A corporeidade, portanto, é a vivência do mundo a partir do corpo vivido, sensível e situado.

Segundo Merleau-Ponty (1945), “o corpo é o veículo do ser-no-mundo”, é por ele que percebemos, sentimos, agimos e nos relacionamos com o espaço, o tempo e os outros. A corporeidade é, assim, uma dimensão existencial e epistemológica: não há experiência sem corpo, e não há saber sem corporificação.

Nas ciências humanas e sociais, esse conceito foi ampliado por Le Breton (2011), que entende a corporeidade como produção cultural, histórica e política. Os corpos são moldados por normas, discursos e práticas sociais, e carregam inscrições de gênero, raça, classe materna, sexualidade e território. No caso das mães solo, a corporeidade é atravessada por múltiplas exigências: ser produtiva, ser cuidadora, ser forte e resistir. Seus corpos não apenas realizam tarefas, mas significam uma presença incômoda e, ao mesmo tempo, transformadora dentro da universidade.

A corporeidade dessas mulheres também é afetiva: marcada pela culpa, pelo cansaço, pelo amor, pela solidão, pela resistência cotidiana. Como destaca Le Breton (2011), o corpo é também linguagem e memória. Para as mães solo universitárias, o corpo carrega os impactos das desigualdades, mas também a potência de criar caminhos próprios de permanência, saber e transformação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A experiência de ser mãe-solo no ensino superior revela um cotidiano atravessado por sobrecarga, exclusão simbólica e resistência. A conciliação entre maternidade, trabalho e formação acadêmica exige dessas mulheres um esforço contínuo para permanecer em um espaço que, historicamente, não foi concebido para acolher suas realidades.

O meu relato de experiência, enquanto mãe-solo e estudante universitária, evidencia os múltiplos desafios enfrentados ao longo da graduação. Desde o período pandêmico, com aulas remotas, já surgiam barreiras relacionadas a divisão da atenção entre a criança, às tarefas domésticas e os estudos. Com a retomada do formato presencial, novas dificuldades se somaram à rotina, exigindo a mobilização constante de redes de apoio, muitas vezes frágeis e inexistentes.

Diversas vezes precisei me ausentar das aulas por meu filho adoecer e precisar levá-lo ao hospital. Mesmo apresentando atestados de comparecimento, enfrentei dificuldades com a frequência, contando quase sempre com a compreensão dos docentes para não ser reprovada por falta nas disciplinas. A responsabilidade exclusiva pelo cuidado é atribuída às mulheres. A universidade, ao não flexibilizar ou compreender essa realidade, naturaliza o modelo de estudante sem encargos. Isso mostra como o tempo da maternidade entra em choque com o tempo institucional da universidade, revelando o apagamento da maternidade na política acadêmica.

Não pude participar das atividades extracurriculares e dos projetos de extensão ou pesquisa, pois isso exigiria um tempo e dedicação que, naquele momento, eu não poderia oferecer sem me sobrecarregar ainda mais. Aqui, as opressões interseccionais aparecem no gênero, na classe social, na maternidade solo, ausência de políticas institucionais e na ausência de rede de apoio, onde a classe social limita a possibilidade de pagar por apoio (babá, transporte, etc.) e a ausência de uma rede pública (como creches) agrava isso. É um exemplo claro da injustiça epistêmica, onde as mães não conseguem produzir ou participar do conhecimento formalizado por conta da sobrecarga invisível.

A autora revela acima como o tempo acadêmico linear, homogêneo, regulado por prazos rígidos e metas inflexíveis, entra em conflito com o tempo de cuidado e da maternidade. A estrutura universitária, marcada por exigências rígidas e expectativas de disponibilidade integral, ignora os corpos que cuidam e os territórios nos quais essas mulheres vivem. Como apontam os conceitos de lugar (Santos, 1996a) e corpo-território (Cabnal,

2010), as condições materiais, os deslocamentos, as ausências de creche ou apoio institucional afetam diretamente a permanência dessas estudantes. Seu corpo e espaço de experiência, torna-se também o território onde se revelam os impactos da desigualdade e da luta pela permanência nesse local.

Recordo com carinho de uma colega de turma que me ofereceu carona para que não precisasse voltar a pé com ele para minha casa, visto que moro próxima ao campus, mas o deslocamento com uma criança se torna mais complexo e devido ao horário em que as aulas costumam terminar no período noturno. O conceito de corpo-território pode ser articulado com esse trecho, evidenciando que a mobilidade e a permanência dependem da relação direta entre o corpo e os territórios que ele transita. A falta de infraestrutura (como transporte, auxílio deslocamento ou segurança) faz com que a permanência dependa da solidariedade entre pares, o que não deveria substituir políticas públicas que alcancem essas necessidades.

Durante três meses, meu pai precisou trabalhar em outra cidade. Durante esse período, eu pedia ajuda a quem estivesse disponível ou levava meu filho comigo para as aulas. As mães que vivem em regiões periféricas ou com estruturas familiares frágeis enfrentam maiores dificuldades de deslocamento, gestão de tempo e permanência. Isso pode ser lido à luz do conceito de lugar de Santos (1996a): o espaço geográfico condiciona o acesso e o direito à cidade (incluindo o direito à universidade).

Esse fragmento reforça que a universidade não se limita a um lugar físico, mas é também um espaço simbólico de reconhecimento (ou de negação). A ausência de políticas voltadas à maternidade e a falta de sensibilidade institucional diante da diversidade das trajetórias revela o quanto o ambiente acadêmico opera a partir de um modelo de estudante que exclui quem não se encaixa nas normas.

Em determinados momentos, meu filho apresentava dificuldades de comportamento na escola e, por ainda não ter um diagnóstico formal, não podia contar com o acompanhamento de um monitor. Era constantemente solicitada a minha presença na escola para tratar dessas questões, o que gerava sobrecarga de trabalho e emocional. Neste caso, além de ser mãe-solo, eu precisava lidar com um filho com necessidades específicas sem apoio do Estado, ou seja, um duplo apagamento: o da maternidade e o da necessidade não reconhecida.

A opressão aqui se dá mais uma vez no gênero, visto que as mães, em sua maioria, são responsáveis por estes cuidados. É possível aproximar o conceito de corporeidade diante desse fragmento, pois o meu corpo e o corpo da criança são afetados por um sistema que não reconhece nossas demandas reais.

As experiências relatadas evidenciam, na prática, o que os conceitos de interseccionalidade e corporeidade explicam teoricamente: mães-solo, sobretudo as que vivem em contextos de vulnerabilidade, enfrentam múltiplas camadas de exclusão que se manifestam nos seus corpos e no modo como são (ou não) acolhidas pela universidade. A exigência por produtividade e presença contínua, somada à falta de reconhecimento institucional, acentua o sentimento de não pertencimento.

Ainda assim, a permanência dessas mulheres no espaço acadêmico não é apenas marcada por perdas, mas também por resistências cotidianas. O relato evidencia estratégias de adaptação, apoio comunitário e a força de seguir, apesar da ausência de garantias. Como apontado no referencial teórico, esses corpos e territórios historicamente marginalizados, produzem saberes, formas de enfrentamento e práticas de existência que desafiam a estrutura universitária excludente e reivindicam reconhecimento e transformação.

Os conceitos apresentados não apenas iluminam os desafios vividos por essas mães, mas também reafirmam a necessidade de uma universidade que reconheça essas presenças como legítimas e estruturantes. Ao final desta análise, torna-se evidente que a transformação institucional exige a escuta dessas experiências e o compromisso com práticas que acolham diferentes corpos, tempos e trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir criticamente sobre os desafios enfrentados por mães-solo no ensino superior, a partir da articulação entre um relato de experiência pessoal e um referencial teórico interseccional e territorializado. Ao longo da análise, foi possível evidenciar que a maternidade solo, especialmente quando atravessada por marcadores como gênero, classe e raça, torna-se um fator de exclusão estrutural nos espaços universitários.

As hipóteses formuladas se confirmam na medida em que a ausência de políticas institucionais adequadas, a sobrecarga de responsabilidades, a falta de infraestrutura e o apagamento simbólico dessas presenças contribuem diretamente para a evasão, o baixo rendimento e o sentimento de não pertencimento dessas mulheres no ensino superior.

A partir do conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1991; Collins e Bilge, 2020), foi possível compreender que as mães-solo não enfrentam uma única forma de opressão, mas sim um conjunto articulado de violências que afetam sua trajetória acadêmica e sua dignidade cotidiana. As desigualdades não são apenas individuais ou circunstanciais, mas organizadas

em uma matriz de dominação (Collins, 2000), que desvaloriza a maternidade, invisibiliza o cuidado e relega essas mulheres aos limites da participação universitária.

O conceito de lugar, conforme proposto por Santos (1996a), ajudou a compreender que o espaço da universidade, embora geograficamente próximo, pode se constituir como um ambiente hostil para pessoas cujas trajetórias de vida e corpos não se enquadram no modelo institucional dominante. Nesse contexto, a universidade não reconhece as múltiplas territorialidades das mães-solo, tampouco acolhe suas subjetividades.

Segundo a noção de corpo-território (Cabnal, 2010), foi possível analisar como o corpo da mãe-solo é diariamente violentado por estruturas que o controlam, exploram ou ignoram, como a exigência de presença plena, a insegurança urbana nos deslocamentos e a ausência de equipamentos básicos nos campi. Esses atravessamentos corporais e espaciais materializam a exclusão. A categoria de corporeidade (Merleau-Ponty, 1945) também revelou como essas violências são sentidas no corpo da mulher: o cansaço, a sobrecarga, a angústia e a resiliência são experiências concretas que fazem parte da sua permanência, ou da sua evasão.

Embora o relato aqui analisado não parta da vivência de uma mulher negra, reconhece-se que a maioria das mães-solo no Brasil é negra e periférica (FGV, 2023), e que o racismo, aliado ao sexismo e ao classicismo, intensifica ainda mais as desigualdades enfrentadas por este grupo. Por isso, este trabalho se posiciona de forma crítica e solidária, assumindo que o debate sobre maternidade, raça e universidade é urgente, político e necessário.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar a compreensão sobre os desafios vividos por mães-solo universitárias, assim como para fomentar políticas institucionais e públicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência, o acolhimento e o reconhecimento dessas mulheres como parte legítima e necessária da comunidade acadêmica. Que suas presenças deixem de ser toleradas e passem a ser celebradas como parte da transformação necessária da universidade brasileira.

REFERÊNCIAS

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** In: Asociación para la cooperación con el Sur (ACSUR). *Feminismos diversos: el feminismo comunitario.* España: ACSUR; 2010. p. 11-25.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: Interseccionalidade, Política Identitária e Violência contra Mulheres de Cor**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, Jul. 1991.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **O Que É Interseccionalidade?. In: INTERSECCIONALIDADE**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DIAS, Marly de Jesus Sá; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes**. *Revista Educação e Emancipação*, v. 12, n. 2, p. p.50–74, 31 Mai 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11481>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos**. Rio de Janeiro: FGV Social, 18 mai. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em: 06 set. 2025

FIGUEIREDO, R. F. de; OLIVEIRA, A. L. de. **Condições de permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022, on-line. Anais [...]. On-line: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/ad554d8c3b06d6b97ee76a2448bd7913.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua – Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. ISBN 9788524045981. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2014: nível de escolarização dos pais influencia no rendimento dos filhos**. Agência IBGE Notícias, 16 nov. 2016.

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releas/9472-pnad-2014-nivel-de-escolarizacao-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos>.

Acesso em: 03 set. 2025.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SILVA, N. O; SOUZA, D. C. de. **MÃES ACADÊMICAS DO ENSINO SUPERIOR: um estudo qualitativo**. Revista Pedagógica, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e8120, 2025. DOI:

10.22196/rp.v27i1.8120. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/8120> . Acesso em:

03 set. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'ixi é possível: ensaios desde um presente em crise**. São Paulo: Elefante, 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. Portal de Periódicos UFRGS: Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, RS, 1996b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613>. Acesso em: 31 mai. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, D. F. E.; BONFIM, V. R.; COSTA, M. R. da; OKOCHI, R. C. N.; SOUSA, S. F. de. **Análise da relevância de uma infraestrutura inclusiva para universitárias gestantes e mães que frequentam ambientes acadêmicos com seus filhos**. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, [S. l.], v. 23, n. 4, p. e 9465, 2025. DOI:

10.55905/oelv23n4-028. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/9465>. Acesso em:

14 jul. 2025.

SEGATO, Rita Laura. **A nação e seus outros: raça, etnicidade e diversidade religiosa**. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

UNICEF BRASIL. *Volta às aulas: crianças pretas, pobres e filhas de mães jovens de baixa escolaridade estarão excluídas da pré-escola*. Brasília: UNICEF, 31 jan. 2023. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/volta-as-aulas-criancas-pretas-pobres-e-filhas-de-maes-jovens-e-de-baixa-escolaridade-excluidas-da-pre-escola>. Acesso em: 09 set.

2025.